

Livro organizado por pesquisadores do Centro de Memória reúne verbetes de especialistas brasileiros e estrangeiros

Para saber a diferença entre a educação não-formal e a educação informal

Ilustração: Dalcio Machado

MANUEL ALVES FILHO

manuel@reitoria.unicamp.br

Você sabe qual é a diferença entre educação não-formal e educação informal? Tem idéia do que é marketing social? Uma boa maneira de descobrir o que significam essas expressões é consultar o livro *Palavras-chave em Educação Não-Formal*, organizado por três pesquisadores do Centro de Memória da Unicamp (CMU).

A obra, que nasce como referência na área, reúne 128 verbetes escritos por 72 especialistas brasileiros e estrangeiros. Os autores tiveram a preocupação não apenas de conceituar e contextualizar o uso dos termos, mas também de oferecer referências bibliográficas ao leitor, de modo a estimulá-lo a buscar informações complementares sobre os assuntos do seu interesse.

O livro será lançado no dia 25 de agosto, durante a mesa-redonda “Artes e educação não-formal: espaços de formação e de experiências”, no auditório da Pinacoteca do Estado, em São Paulo. Os organizadores da obra são Margareth Brandini Park, Renata Sieiro Fernandes e Amarildo Carnicel, todos pesquisadores do CMU e doutores em Educação pela Unicamp.

Lançamento vai ser na Pinacoteca do Estado

O objetivo da empreitada, de acordo com Renata Fernandes, é contribuir para o esclarecimento das terminologias normalmente utilizadas no universo da educação não-formal. Ela afirma que nem sempre os termos são empregados de forma adequada.

“Além disso, assim como em outros campos, também neste há o uso de chavões e de palavras geradas pelo modismo. Nossa intenção é oferecer às pessoas um instrumento que as ajude a refletir sobre os vários conceitos que compõem essa área do conhecimento”, explica.

Para Margareth Park, o campo da educação não-formal carecia de uma publicação que trouxesse esses esclarecimentos. Ela adverte, porém, que embora a obra se preste a consultas frequentes por parte das pessoas, inclusive aquelas diretamente envolvidas com essa área da educação, ela não pode ser confundida com um dicionário.

“Nós não queríamos que o livro servisse apenas para definir um vocábulo. No contato que fizemos com os autores, pedimos que eles, mesmo de forma sintética, dessem maior consistência às explicações. Todas as palavras-chave são conceituadas e contextualizadas, sendo que muitas delas têm o seu uso resgatado ao longo da história”, diz.

Amarildo Carnicel acrescenta que os verbetes contemplam ainda referências bibliográficas, que remetem o leitor a autores que tratam com profundidade os diversos aspectos ligados à educação não-formal. “Penso que esse cuidado pode estimular as pessoas a ampliarem a pesquisa sobre o assunto do seu interesse”, analisa.

Os organizadores do livro relatam que tiveram a preocupação de convidar especialistas de diferentes áreas para formularem os verbetes. Assim, a obra reúne pedagogos, psicólogos, médicos, músicos, sociólogos, biólogos, jornalistas, arte-educadores, economistas, historiadores, entre outros.

“Um aspecto que merece ser destacado é que temos entre esses autores alguns estrangeiros e pessoas de várias partes do país, principalmente das regiões Sul, Sudeste e Nordeste”, lembra Margareth.

Conceito amplo – Mas se educação não-formal é diferente de educação informal, por que a segunda é um verbete contido num livro que trata da primeira? A explicação, conforme Renata, é que educação não-formal é tratada na obra como um conceito mais abrangente.

“Embora os termos contemplados no livro tenham um caráter autônomo, nós os submetemos ao contexto da educação não-formal. De alguma forma, essas palavras-chave transitam por vários campos da educação. Justamente por isso, achamos por bem agregá-las e conceituá-las numa publicação”, esclarece.

De acordo com Margareth, a expectativa dos organizadores é de que o livro contribua para a formação das pessoas envolvidas com a educação não-formal. Ela considera que a linguagem usada pelos autores é acessível a um público amplo, a despeito da presença de alguns termos mais restritos ao ambiente acadêmico.

“Nós ficaremos satisfeitos se o livro trouxer alguma colaboração para a construção desse campo do conhecimento, que, esperamos, possa ser disseminado futuramente”, afirma Amarildo.

Com tiragem inicial de mil exemplares, o livro levou dois anos para ser organizado. A obra, editada pela Editora Setembro, contou com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, Organização Internacional do Trabalho (OIT), CMU e Unicamp. O preço sugerido é de R\$ 30.



Foto: Antoninho Perri

Renata Sieiro Fernandes, Margareth Brandini Park e Amarildo Carnicel, pesquisadores do CMU: refletindo sobre conceitos da educação não-formal

Educação informal

(...) entende-se que educação informal é toda gama de aprendizagens que realizamos (tanto no papel de ensinantes como de aprendizes), e que acontece sem que haja um planejamento específico e, muitas vezes, sem que nos demos conta (Trilla, 1996). Acontece ao longo da vida, constitui um processo permanente e contínuo e não previamente organizado (Afonso, 1989).

Keis, Lang, Mietus e Tiapula (apud Brembeck, 1974) ainda fazem uma sutil diferenciação entre educação informal e incidental. Para eles, este termo diz respeito “a algumas experiências educacionais não-intencionais, mas não menos poderosas. Os resul-

tados são tão comuns e são produzidos tão completamente sem consciência ou intenção que são comumente pensados como sendo ‘naturais’ ou ‘inerentes’. O fato é que são aprendidos”.

Em seguida, dizem os autores sobre o outro termo que “as mesmas experiências ou similares podem ser conscientemente examinadas e deliberadamente incrementadas através de conversa, explanação, interpretação, instrução, disciplina e exemplo de pessoas mais velhas, de pares e de outros, tudo dentro do contexto de vivência individual e social do dia-a-dia. Alguns incrementos podem pretender ser educativos, mas as próprias experi-

ências não são planejadas conscientemente para isso. Alguns incrementos de experiências da vida real constituem a educação informal”.

Fazem parte deste rol de aprendizagens e conhecimentos a percepção gestual, moral, comportamentos, provenientes de meios familiares, de amizade, de trabalho, de socialização, midiática, nos espaços públicos em que repertórios são expressos e captados de formas assistemáticas. Tais experiências e vivências acontecem, inclusive, nos espaços institucionalizados, formais e não-formais, e a apreensão se dá de forma individualizada, podendo, posteriormente, ser socializada.

Educação não-formal

Buscando traçar o percurso do surgimento e usos do termo educação não-formal, passamos por definições oferecidas por alguns autores ao longo de um intervalo de tempo que vai do final dos anos 80 até a atualidade, estando ainda em momento de construção e passando por críticas tanto relacionadas a sua terminologia quanto por suas práticas e orientações no contexto atual.

Um grupo de pesquisadores da Michigan State University, nos anos 70, inicialmente define o termo por antagonismo a educação formal-escolar, apontando o caminho inverso na construção de sua via, pontuando as diferenças em termos de flexibilidade maior em

relação a: estrutura dos programas, formas dos conteúdos abordados, investimento temporal, fornecimento de uma certificação, locais de acontecimento, métodos utilizados, participantes envolvidos e função. Posteriormente, nos anos 90, define o termo pensando em três funções: tendo papel complementar ao sistema formal-escolar, como uma alternativa e como papel suplementar. Nesse sentido, a oposição não é o foco, mas a perspectiva de ampliar as experiências escolares.

Afonso (1989) também aponta as diferenças entre o formal e o não-formal em termos de oposição; para ele, “por educação formal entende-se o tipo de educação orga-

nizada com uma determinada sequência (prévia) e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação não-formal, embora obedea a uma estrutura e a uma organização (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita a não-fixação de tempos e locais e a flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto”.

A estes aspectos incorpora um diferencial: a preocupação com a mudança ou transformação social por buscarem projetos de desenvolvimento. O foco de seu argumento são os movimentos sociais, as ações políticas militantes de grupos organizados.

Por Margareth Brandini Park e Renata Sieiro Fernandes